



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Pró-Reitoria de Recursos Humanos

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: PSICOLOGIA Sub-área: Psicologia Experimental e/ou Psicobiologia (Uberaba)

EDITAL Nº 50/2016

PROVA OBJETIVA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

01. Você recebeu uma FOLHA DE RESPOSTAS e um CADERNO DE PROVA.
02. Confira seu nome, documento de identidade e número de inscrição e assine a FOLHA DE RESPOSTAS. Qualquer divergência chame o fiscal.
03. Não amasse, não dobre nem rasure a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
04. A FOLHA DE RESPOSTAS não será substituída.
05. A duração da prova é de 2 (duas) horas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
06. Este caderno contém 40 (quarenta) questões seguidas de 4 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C, D).
07. Neste momento confira este CADERNO DE PROVA com muita atenção, observando o total de questões e verificando se há falhas de impressão. Qualquer problema chame o fiscal.
08. Aguarde a autorização do Fiscal de Sala para iniciar a prova.
09. **NÃO** será permitido o uso de calculadoras e de aparelhos eletrônicos (telefones celulares, agenda eletrônica ou similares) ou qualquer material de consulta durante a realização da prova.
10. Leia cuidadosamente todas as questões e preencha a FOLHA DE RESPOSTAS, assinalando a alternativa escolhida com caneta esferográfica azul ou preta. Cubra toda a área da letra correspondente a cada resposta, conforme modelo abaixo:



11. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, emenda ou rasura.
12. Evite deixar questão sem resposta.
13. Ao término do preenchimento, caso tenha terminado a prova, ou após 2 (duas) horas do início da prova entregue ao fiscal de sala **SOMENTE** o CARTÃO DE RESPOSTAS. O candidato poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA.
14. Use as respostas do seu CADERNO DE PROVA para conferir seu desempenho a partir do gabarito oficial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.uftm.edu.br
15. Até que você saia do prédio, todas as orientações continuam válidas.

BOA SORTE!

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Ao assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Ettore Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim. Uma rua classicamente italiana como tantas outras, com construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa ao lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.

Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, que adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso despido da imparcialidade necessária: não constituíam advogados. Mais do que isso. Proíbiam com ameaças de morte os defensores nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.

Para superar esse impasse, um grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal, sem apresentação de teses de mérito, para não criar um conflito com a postura dos representados. O principal símbolo desses defensores era o então presidente da “Ordem dos advogados” de Turim.

Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado, especialmente no âmbito de um processo criminal, que não concebe a realização da justiça, sem o direito de defesa. E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando. Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das “Brigatti Rossi”, tombando em frente ao número 5 da via Ettore Perrone, após ser atingido por disparos de uma pistola 7.62.

Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já se reveste de alta significação pública, um direito constitucionalmente assegurado como fundamental. O direito de defesa é garantia que transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.

O direito de defesa interessa ao juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política; tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, que não raramente ocorrem, possam ser evitados; resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação ao sigilo da fonte; abriga o manifestante, que não pode ter seu legítimo direito de expressão criminalizado.

O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.

Deve-se, por isso, rechaçar qualquer forma de estigmatização da atuação legítima dos advogados criminais, pois o leigo em direito deve ter a perfeita compreensão de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa, mas certamente da atuação precária das agências de investigação ou da negligência do sistema judicial.

O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, ao processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade, equiparando-se ao criminoso. Como diz o grande português Rui Cunha Martins, é falsa a ideia de que o Estado de direito seja salvo cada vez que o sistema penal pune um poderoso ou um convicto corrupto; por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal; o contrário disso é populismo puro.

E não há devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa. O contrário disso é, sempre, injustiça.

(BREDA, J. Direito de defesa, como o de cunha, transcende interesse pessoal. Opinião. Folha de São Paulo, 01/11/2016)

1. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que o autor:
 - A. Apoia a atitude de manifestantes em relação aos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - B. Esclarece por que o advogado de defesa é prescindível no decurso de um devido processo legal.
 - C. Reprova as agressões verbais sofridas pelos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - D. Defende a condenação de pessoas como Eduardo Cunha, para que se garanta a integridade do sistema judicial.

2. O propósito comunicativo dominante no texto é:
 - A. elencar, de maneira organizada, argumentos favoráveis à posição de que o advogado de defesa constitui um dos elementos essenciais a um devido processo legal.
 - B. caracterizar, de forma ordenada, os diversos motivos pelos quais não se pode renunciar a um advogado de defesa, no decurso de um processo legal.
 - C. apontar, de maneira organizada, quais os riscos que se corre, ao renunciar ao direito de defesa, no desenrolar de um processo legal.
 - D. explicitar, de forma hierárquica, as diversas funções que exerce um advogado de defesa, ao atuar junto ao sistema judicial, num processo legal.

3. Os verbos em português expressam diferentes aspectos temporais. Marque a opção em que a função do verbo destacado está corretamente indicada entre parênteses:
 - A. “**Corria**, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas...” (expressa um fato pontual no passado)
 - B. “Para superar esse impasse, um grupo de advogados **decidiu** aceitar a convocação da Justiça...” (expressa uma ação durativa no passado)
 - C. “Não por outro motivo, o Estado **tem** o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.” (expressa um fato momentâneo)
 - D. “Croce atuava contra a sua vontade, mas **realizava** um sacrifício profissional de alto relevo...” (expressa um fato contínuo no passado)

4. Volte ao texto, releia os trechos a seguir e marque a opção na qual o elemento “**que**” desempenha uma função diferente da que exerce no trecho “Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, **que** adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial...”:
 - A. “E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, **que** tragicamente acabou se concretizando.”
 - B. “Esse episódio demonstra bem **que** o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão...”
 - C. “O direito de defesa é garantia **que** transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.”
 - D. “... tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, **que** não raramente ocorrem, possam ser evitados.”

5. Observe as afirmações a respeito dos elementos linguísticos empregados no texto e julgue se estão certas ou erradas, de acordo com a norma culta:

I – No trecho “... para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso **despido** da imparcialidade necessária...”, a palavra destacada está empregada conotativamente.

II – No fragmento “essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, **portanto**, um pressuposto de integridade do sistema judicial.”, a conjunção sublinhada tem valor semântico de explicação.

III – A concordância do verbo haver, em “E não **há** devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa.” se justifica pelo mesmo motivo que em “**Houve** momentos de pânico durante a apresentação”.

IV – A regência do verbo “oferecer” em “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de **oferecer** assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.”, é a mesma do verbo “**ensinar**” em “Se lhe **ensinassem** um ofício, o rapaz poderia trabalhar e ajudar no sustento da família”.

V – A colocação pronominal em próclise, no trecho “Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já **se** reveste de alta significação pública...” é facultativa, pois o pronome poderia também ser colocado depois do verbo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- A. E – E – C – C – E
- B. C – C – E – E – E
- C. E – C – E – C – C
- D. C – E – E – C – C

6. Leia novamente o trecho “**A**o assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, observando atentamente o valor da preposição “a”, em destaque. Em seguida, assinale a alternativa em que a preposição “a” destacada assume esse mesmo valor:

- A. “O direito de defesa interessa **a**o juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política...”
- B. “...resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação **a**o sigilo da fonte...”
- C. “O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, **a**o processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade...”
- D. “...construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa **a**o lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.”

7. Volte ao texto e releia o fragmento “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.” Em relação à tessitura desse fragmento, pode-se afirmar que:

- A. ocorre retomadas anafóricas que sustentam a progressão temática.
- B. ocorre a repetição de vocábulos que funcionam como conectores.
- C. há paralelismo sintático que garante a clareza e a coesão textual.
- D. há uma nominalização que assegura o encadeamento das ideias.

8. Sobre a função da pontuação num texto, assinale a alternativa em que se justifica, de acordo com a norma culta, corretamente o emprego da pontuação nos trechos a seguir:
- A. Em “Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado”, os dois pontos servem para indicar um elemento catafórico.
 - B. No fragmento “Para superar esse **impasse**, um grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal...”, as vírgulas servem para separar uma oração adjetiva anteposta à principal.
 - C. No trecho “...por mais que custe à chamada '**opinião**', o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal”, as aspas foram utilizadas para marcar uma hesitação.
 - D. No enunciado “Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das '**Brigatti Rossi**', **tombando** em frente ao número 5 da via Ettore Perrone...”, a vírgula foi usada para separar uma oração reduzida de participípio.
9. Na oração “...por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal...”, a ocorrência do acento grave justifica-se, de acordo com a norma culta, porque
- A. o verbo “custe” pede a preposição “a”, e a expressão que o segue exige artigo feminino.
 - B. o termo “opinião” funciona como complemento do verbo empregado na oração.
 - C. a preposição une-se a um artigo em decorrência da regência do verbo.
 - D. o termo regente e o termo regido exigem a anteposição de um artigo feminino.
10. A função sintática que o termo destacado desempenha, no trecho “...lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, é a mesma do termo em negrito na alternativa:
- A. “Proíbiam com ameaças de morte **os defensores** nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.”
 - B. “E possivelmente também imaginasse **o risco** que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando.”
 - C. “ Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica **a quem** não possui condições financeiras.”
 - D. “... o leigo em direito deve ter **a perfeita compreensão** de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa...”

LEGISLAÇÃO

11. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter distributivo e solidário.
- B. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações serão aposentados, compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- C. É permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência ou que exerçam atividades de risco, somente.
- D. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário, ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

12. De acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, Lei n. 11.091/05, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. Considera-se plano de carreira o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade;
- B. Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bianualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as demandas institucionais e individuais dos servidores.
- C. A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários.
- D. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

13. De acordo com o Decreto n. 5.707/06,

I – São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal tanto o plano anual de capacitação e seu respectivo relatório de execução, como o sistema de gestão por competência.

II – Entende-se por capacitação o processo transitório e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais por meio do desenvolvimento de competências institucionais;

III - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, onde se encontrar em exercício, licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, não podendo ser parcelada.

IV - Uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal é oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. II e IV.
- D. Todas estão incorretas.

14. Maria, servidora pública federal, recusou-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitada. Nos termos da Lei n. 8.112/90 e considerando que a servidora é reincidente em falta punida com a mesma penalidade, a ação disciplinar prescreverá em:

- A. 180 dias.
- B. 1 ano.
- C. 2 anos.
- D. 5 anos.

15. Com base na Lei no 9.784/99, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- B. Somente não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- C. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- D. Terá prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte, ou interessado, pessoa com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

16. De acordo com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- A. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- B. Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- D. Para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

17. Maria, João e José são servidores públicos federais. A primeira, Maria, permitiu que seu cunhado, que não é servidor público, utilizasse veículo integrante do acervo patrimonial da entidade à qual é vinculada, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. O segundo, João, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício. Por fim, o terceiro, José, utilizou, em obra particular, máquinas e equipamentos de propriedade da entidade à qual está vinculado.

Os mencionados servidores praticaram os seguintes atos de improbidade e poderão estar sujeitos às seguintes penas:

- A. Maria praticou ato que causa prejuízo ao Erário; João, ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, cujas suspensões dos direitos políticos podem ser de cinco a oito anos, três a cinco anos e oito a dez anos, respectivamente.
- B. Maria e João praticaram atos que causam prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos devendo, portanto, promover o ressarcimento integral do dano.
- C. Maria e José praticaram atos que causam prejuízo ao Erário, que podem gerar o pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano; e João, ato que importa enriquecimento ilícito, que pode gerar o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- D. Maria praticou ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; João, ato que causa prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos podendo, portanto, perder a função pública.

18. Sobre o Decreto n. 1.171/94, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as seguintes afirmações:

I - A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

II - As penas aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética são a de censura e suspensão.

III - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

IV - A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, ressalvados os casos preservados em processo previamente declarado sigiloso.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. II.
- B. II e III.
- C. III e IV.
- D. Todas estão corretas.

19. Sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527/11 e sua regulamentação, Decreto n. 7.724/12, analise as seguintes afirmações:

I - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação desproporcionais ou desarrazoados, podendo, no entanto, ser genéricos.

II - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

III - Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo, ou à informação pessoal.

IV - A informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação são de 25 (vinte e cinco), 15 (quinze) e 5 (cinco) anos, respectivamente.

V - São subordinados ao regime da lei citada os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, excluindo-se as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Está **CORRETO** o que se afirma somente em:

- A. III.
- B. II, III e IV.
- C. III e V.
- D. Todas estão corretas.

20. De acordo com a Lei n. 8.112/90, dentre os deveres do servidor, constam, **EXCETO**:

- A. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e ser leal às instituições a que servir.
- B. Observar as normas legais e regulamentares e cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais.
- C. Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- D. Promover, sempre que possível, manifestação de apreço no recinto da repartição, de forma a valorizar colegas e subordinados hierárquicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre os esquemas de reforço apresentados, considere a alternativa **CORRETA**.
- A. Esquemas de razão fixa produzem altas taxas de respostas, alta resistência à extinção operante e longas pausas após o reforço.
 - B. Esquemas de razão variável possuem longas pausas após o reforço, altas taxas de resposta, com alta resistência à extinção operante.
 - C. Nos esquemas de tempo fixo são observados os fenômenos de comportamentos supersticiosos devido ao reforçamento accidental.
 - D. Os esquemas de tempo fixo e os de intervalo fixo são esquemas muito parecidos, tanto em sua relação de contingência, quanto em sua relação de contigüidade temporal.
22. De acordo com Stenberg (2010), qual das estruturas neuroanatômicas, apresentadas abaixo, possui direto envolvimento no controle da consciência:
- A. Núcleo central da amígdala
 - B. Sistema reticular ativador
 - C. Complexo parabraquial
 - D. Núcleo paraventricular do hipotálamo
23. De acordo com Stenberg (2010), a propensão para perceber qualquer configuração visual, oferecida de maneira mais simples possível, para organizar elementos díspares de modo coerente e estável, refere-se a (ao):
- A. Lei de pregnância.
 - B. Princípio do reconhecimento das totalidades
 - C. Princípio da estabilidade perceptiva
 - D. Lei de configuração perceptiva
24. Segundo Catania (1999), o modo que uma resposta muda uma variável em uma direção e uma segunda resposta, ou a não ocorrência da primeira, muda a variável em outra direção. (p. ex., uma resposta aumenta a intensidade do estímulo, enquanto outra diminui a intensidade, ou cada resposta produz um incremento na intensidade de um estímulo, enquanto um período de 5 s sem respostas produz um decréscimo). Esse esquema é conhecido como:
- A. Esquema concorrente.
 - B. Esquema de outras respostas.
 - C. Esquema de ordem superior.
 - D. Esquema de titulação.

25. Segundo Catania (1999), os reforçadores são relativos e suas propriedades importantes são baseadas nas respostas às quais eles criam oportunidade de ocorrência. Essa afirmativa é referente a(ao):
- A. Lei do efeito
 - B. Princípio de Premack
 - C. Princípio da alternância do controle
 - D. Lei do limiar do reforço
26. Em uma creche, os pais estavam chegando atrasados para buscar os seus filhos. Para tentar evitar o atraso, que resultava em maior trabalho para os funcionários, decidiram que seria aplicada uma multa para os pais que chegassem fora do horário. Contudo, nessa situação, o que foi observado é que o número de pais que atrasaram não só aumentou, como os atrasos se tornaram mais longos. A partir de uma análise funcional desse comportamento de atrasar é possível dizer que:
- A. A cobrança de uma multa funcionou como uma punição negativa para o comportamento de atrasar, sendo as contingências de controle aversivo pouco eficientes na alteração de comportamentos, permitindo compreender a continuidade do atraso, que foi negativamente reforçado.
 - B. A cobrança da multa é um reforço negativo para o comportamento de atrasar, uma vez que aumentou a frequência desse comportamento a partir da retirada do dinheiro, que é irrisório perto das recompensas obtidas pelo atraso.
 - C. A cobrança da multa funcionou como um reforço do comportamento de atrasar, uma vez que o valor cobrado é pequeno perto do custo de resposta que teriam que emitir para chegar a tempo, quando comparado ao valor de conseqüências concorrentes.
 - D. A cobrança é uma punição positiva para o comportamento de atrasar, uma vez que acrescenta uma multa e que em longo prazo fará com que os pais parem de atrasar, haja vista que estimula autocontrole destes e é consonante com a proposta pedagógica da creche de aumentar a conscientização dos pais.
27. Segundo Stenberg (2010), a procedimentalização é o processo pelo qual um procedimento passa de altamente consciente a relativamente automático. Sendo que essa automatização ocorre a partir da prática relativamente constante de um padrão de comportamento. Sobre esse fenômeno, muitos teóricos da psicologia cognitiva formularam alguma explicação, dentre os quais Logan que em 1988 formulou a teoria chamada:
- A. Teoria da repetição
 - B. Teoria do exemplo
 - C. Teoria da economia da resposta
 - D. Teoria da sedimentação
28. De acordo com Catania (1999), o reforço em que alguma propriedade de um reforçador varia sistematicamente com alguma propriedade da resposta (por exemplo, quando a nitidez do foco de um reforçador visual aumenta com a taxa momentânea do responder), pode ser chamado de:
- A. Reforço regular.
 - B. Reforço diferencial.
 - C. Reforço conjugado.
 - D. Reforço transitivo.

29. De acordo com Rhoden e Rhoden (2006), o modelo de desamparo aprendido é um dos modelos amplamente adotados no estudo experimental da depressão. A respeito desse modelo é **CORRETO** afirmar que:
- A. É baseado na retirada de estímulos reforçadores, no qual é possível observar nesse processo de extinção operante a apresentação de comportamentos topograficamente similares aos da categoria da depressão.
 - B. É baseado em uma apresentação intermitente de reforçadores positivos, de modo que se observa entre uma apresentação e outra o processo de extinção, no qual o organismo emite comportamentos categorizados como depressivos.
 - C. É também conhecido como Modelo de Separação, no qual a exposição prematura à separação materna, levando a uma baixa frequência de comportamentos positivamente reforçados, caracteriza o desamparo.
 - D. É baseado na apresentação de estímulos aversivos incontroláveis e imprevisíveis, sem a possibilidade de apresentação de comportamentos de fuga ou esquiva.
30. De acordo com Stenberg (2010), o senhor X memorizou sua lista de compras. Porém, quando chegou à loja, percebeu que esquecera muitos dos itens que estava no meio da lista. Isto é um exemplo de:
- A. Efeito de posição serial
 - B. Decodificação inapropriada
 - C. Amnésia retrógrada
 - D. Interferência proativa
31. Sobre os esquemas de reforçamento, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A. O efeito supersticioso é observado em esquemas de reforço intermitente de razão e intervalo variável.
 - B. Esquemas de razão fixa são menos resistentes à extinção operante.
 - C. Esquemas de intervalo fixo estão relacionados à apresentação de maior taxa de resposta quando ao final do intervalo determinado.
 - D. Esquemas de reforçamento diferencial de comportamentos são mais eficientes do que o controle aversivo na instauração de novo repertório.
32. Sobre os esquemas de reforço, é **INCORRETO** afirmar que:
- A. Em esquema de reforço diferencial de outro comportamento, geralmente reduz a taxa de um dos comportamentos escolhidos.
 - B. No esquema de intervalo variável, a taxa de resposta é aproximadamente constante.
 - C. No esquema de reforço diferencial de baixas taxas, a redução no responder diminui o reforço e, assim, aumenta a extinção.
 - D. Tanto no esquema de tempo fixo, quanto no de tempo variável, o reforço é independente do responder.
33. Ainda sobre Catania (1999), assinale a alternativa referente à seguinte descrição: atenuação do condicionamento respondente com um estímulo, por causa da presença de um outro estímulo (p. ex., se um som leve e um som forte de sino precedem o alimento, o som leve pode permanecer inefetivo como estímulo condicionado, mesmo que ele e o som forte tenham a mesma relação contingente com a comida).
- A. Sombreamento
 - B. Substituição de estímulo
 - C. Condicionamento reverso
 - D. Estimulação metatética

34. Sobre o processo de extinção operante, marque a alternativa **CORRETA**:
- A. A extinção operante leva à redução da probabilidade de um comportamento eliciado.
 - B. No início do processo de extinção operante, é possível observar um aumento da variação topográfica do comportamento.
 - C. Alguns esquemas de reforço podem fazer com que alguns comportamentos sejam mais resistentes à extinção, exemplo disso é o esquema de razão fixa.
 - D. A extinção operante é o mesmo que o processo de esquecimento, uma vez que implicam na redução da probabilidade de um comportamento.
35. De acordo com Stenberg (2010), a memória é uma função cognitiva importante na adaptação do indivíduo com o ambiente. Trata-se de um processo multifacetado que envolve codificação, armazenamento e recuperação. Processos esses que são mais do que a simples absorção e armazenamento de informações. Tendo isso exposto, assinale a alternativa que corresponde à estrutura neuroanatômica da memória de trabalho.
- A. Hipocampo
 - B. Córtex pré-frontal
 - C. Córtex temporal
 - D. Córtex occipital
36. A eliciação do responder por um estímulo, como resultado de sua apresentação no mesmo contexto que outro, embora nenhum dos dois tenha sido apresentado em uma relação contingente um com o outro. Segundo Catania (1999), a frase anteriormente descrita é referente a(ao):
- A. Falha no controle de estímulo.
 - B. Razão de mudança.
 - C. Pseudocondicionamento.
 - D. Efeito supersticioso.
37. Um rato pressiona uma barra da direita que aciona uma luz. Na programação da caixa operante a água é liberada no bebedouro sempre que a luz está acesa. A barra esquerda da caixa aciona a liberação da água quando disponível diante do estímulo luminoso. Marque verdadeiro (v) ou falso (f).
- I () A luz é um estímulo discriminativo.
 - II () O atraso do reforço impede que o rato pressione a barra da direita.
 - III () Esse é um exemplo de cadeia de respostas.
 - IV () O rato pressiona as duas barras porque tem sede.
 - V () A água é um estímulo reforçador condicionado assim como a luz.
- A. V – V – V – V – V
 - B. V – F – V – F – V
 - C. V – F – V – V – F
 - D. V – F – V – F – F

38. Considerando Rhoden e Rhoden (2006), assinale a alternativa em que há apenas modelos experimentais de depressão.
- A. Desamparo aprendido; Labirinto em cruz elevado; Modelo da caixa claro-escuro; Hiperatividade por isolamento; Teste do conflito de Geller-Seifter.
 - B. Flinder Sensitive Line; Desamparo aprendido; Cepa SwLo; Estresse crônico imprevisível; Nado forçado.
 - C. Desamparo aprendido; Esquiva ativa de duas vias; Teste do conflito de Voguel; Labirinto em cruz elevado; Teste do conflito de Geller-Seifter.
 - D. Modelo de caixa claro-escuro; Desamparo Aprendido; Flinder Sensitive Line; Cepa SwLo; Teste do conflito de Geller-Seifter.
39. De acordo com Catania (1999), marque verdadeiro ou falso:
- I – Os estímulos reforçadores e punitivos não são transituacionais, de modo que não têm o mesmo efeito em todas as situações.
 - II – Reforçador primário é sinônimo de reforçador condicionado.
 - III – O choque elétrico pode ser utilizado como estímulo reforçador condicionado, se servir como estímulo discriminativo de reforço.
 - IV – Em cadeias comportamentais de elos múltiplos, os reforços condicionados não cobrem a lacuna de tempo entre os primeiros comportamentos da cadeia e as conseqüências terminais.
- A. F – V – F – F
 - B. F – F – F – F
 - C. V – F – V – F
 - D. F – V – F – V
40. Do ponto de vista de uma análise funcional do comportamento, o uso de contracondicionamento em pacientes que fazem uso abusivo de álcool, emparelhando estímulos aversivos ao beber é:
- A. Inadequado, uma vez que não se considera que esse comportamento de beber pode ser uma esquiva para o qual é necessário compreender a função e fazer uma intervenção molar nos repertórios do sujeito, ampliando outros comportamentos que permitam modificar as contingências aversivas que induzem o beber.
 - B. Inadequado, pois o estímulo aversivo poderá servir como um reforço negativo para o seu comportamento de beber, de modo que a probabilidade do comportamento de beber é aumentada. Sendo assim, é indispensável considerar que o controle aversivo é pouco recomendado nas intervenções comportamentais.
 - C. Inadequado, pois o comportamento de beber não foi analisado em sua complexidade, não sendo consideradas as variáveis que controlam esse comportamento e também por desconsiderar o papel da vontade do paciente, o que é uma grave falta ética, ferindo os princípios de uma proposta terapêutica humanizada.
 - D. Adequado, pois esse tipo de procedimento tem excelentes resultados a longo prazo, uma vez que o controle aversivo interrompe a emissão daquele comportamento, sendo necessário ressaltar que o controle aversivo nesse caso tem bons resultados, desde que aplicado de forma moderada

FOLHA DE RESPOSTAS
(RASCUNHO)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

ATENÇÃO:

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA VIRAR O

CADERNO DE PROVA.